



INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA INVOLUNTÁRIA: LIMITES ENTRE A AUTONOMIA DO PACIENTE E A PROTEÇÃO À SAÚDE

INVOLUNTARY PSYCHIATRIC HOSPITALIZATION: LIMITS BETWEEN PATIENT AUTONOMY AND THE HEALTH PROTECT

Júlia Franco Miyake¹

Luisa Franco Miyake¹

Adaline Franco Rodrigues²

Armante Campos Guimarães Neto²

A internação psiquiátrica involuntária é um tema delicado que envolve tensão entre medicina e direito. Por um lado, há o princípio da autonomia do paciente, que garante sua participação nas decisões sobre o próprio tratamento; de outro, a necessidade de proteger sua saúde e sua vida, especialmente em situações de risco para si ou para terceiros. Essa tensão é mais evidente quando há comprometimento da capacidade de julgamento, comum em transtornos psiquiátricos, exigindo análise ética, clínica e legal. Do ponto de vista médico, a internação involuntária é indicada em quadros graves que afetam a capacidade decisória, como episódios psicóticos, estados maníacos ou depressão grave com risco de suicídio. Nesses casos, a avaliação inclui identificação de sintomas, análise da consciência de doença e dos riscos imediatos, como autoagressão ou heteroagressão. Assim, a internação configura uma intervenção terapêutica necessária, sobretudo quando medidas menos restritivas são ineficazes. Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada uma revisão de literatura na base de dados PubMed, utilizando descritores dos vocabulários MeSH e DeCS. Foram empregados os seguintes descritores “Saúde Mental” (Mental Health), “Direitos do Paciente” (Patient Rights), “Ética Médica” (Medical Ethics), “Responsabilidade Profissional” (Professional Responsibility) e “Hospitalização Psiquiátrica” (Psychiatric Hospitalization). A estratégia de busca utilizou operadores booleanos “AND” e “OR” para ampliar a sensibilidade e especificidade. Inicialmente, foram identificados 15 estudos, dos quais 8 foram excluídos por indisponibilidade de acesso ao texto completo. Após leitura de títulos e resumos, 4 artigos foram selecionados. Complementarmente, foram consultadas produções nacionais da Plataforma Sucupira e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, selecionadas pela

¹ Discente do Centro Universitário de Mineiros juliafranco.br@academico.unifimes.edu.br

² Docente do Centro Universitário de Mineiros.



relevância e acesso integral. Os resultados indicam que, quando há risco e comprometimento da capacidade decisória, a internação involuntária encontra respaldo no ordenamento jurídico brasileiro. A Lei nº 10.216/2001 determina que essa medida deve ser excepcional, priorizando tratamento em liberdade e reinserção social, além de exigir comunicação aos órgãos competentes e revisão dos casos para evitar abusos. Apesar disso, podem ocorrer divergências entre avaliações médicas e decisões judiciais. Assim, a internação involuntária deve ser aplicada de forma criteriosa, com análise individualizada e atuação multidisciplinar, garantindo equilíbrio entre proteção, eficácia terapêutica e dignidade do paciente.

Palavras-chave: Saúde Mental. Direitos do Paciente. Ética Médica. Responsabilidade Profissional. Hospitalização Psiquiátrica.

Keywords: Mental Health. Patient Rights. Medical Ethics. Professional Responsibility. Psychiatric Hospitalization.